

Narrativas da repressão durante a intervenção militar no estado do Pará: memórias da censura ao jornal *Folha do Norte* (1930 – 1935)

Alessandra Nunes de Oliveira

Mestranda; Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
alessandranunesoliveira@gmail.com

Luiz Eduardo Ferreira da Silva

Doutor; Universidade Federal do Pará, João Pessoa, PB, Brasil
luizeduardo.ufpb@gmail.com

Jetur Lima de Castro

Mestrando; Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
jetur.er@gmail.com

Resumo

O artigo evidencia o contexto da censura ocorrida ao jornal *Folha do Norte* durante a Intervenção Militar no Estado do Pará, no período de 1930-1935. Fundamentado em fontes históricas e documentais, apresentam-se as narrativas das formas de repressão realizadas à *Folha do Norte*, pelas quais se mostra a relação entre a censura prévia e punitiva. Isso nos possibilitou analisar, por intermédio da interpretação, a relação histórica a partir de notícias nas páginas do periódico. Destacam-se a censura realizada no governo de Magalhães Barata e a liberdade de expressão da imprensa jornalística paraense. Portanto, ao nosso escopo, o jornal revela-se uma rica e importante fonte de informação para compreensão das manifestações ocorridas no estado do Pará nesse período, junto ao redescobrimto e resgate da sua memória.

Palavras-chave

Censura. Folha do Norte. Liberdade de expressão. Intervenção Militar. Estado do Pará.

1 Introdução

Seguindo as apreensões e as singularidades que possibilitam nossas experiências, em direção às trajetórias sociais, culturais e políticas das sociedades em diferentes épocas, procurando compreender a história no século XX e seus processos hegemônicos (HOBSBAWM, 1998). Nosso propósito é investigar a censura realizada ao jornal *Folha do Norte*, durante a primeira intervenção militar no estado do Pará, no período de 1930 a 1935.

Alicerçado nas fontes históricas e documentais, evidenciam-se os aspectos interpretativos para compreensão das manifestações ocorridas no estado do Pará nesse período, junto ao redescobrimento e resgate da memória do referido jornal. Consideramos imprescindível a escrita da história como um fenômeno emancipatório, o qual se constitui como uma fonte essencial para o pesquisador na concepção dos fatos e do compartilhamento do conhecimento.

Dessa maneira, para examinar a produção do conhecimento sobre a cultura política através de jornais, optou-se pelo método de análise documental que, do ponto de vista de Marconi e Lakatos (2010), é uma fonte primária, riquíssima e estável em dados históricos. Nesse contexto, foram coletados, nos meses de março e abril de 2018, na seção de microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Vianna (FUNDAÇÃO CULTURAL..., c2016; BIBLIOTECA..., 1985), da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN), documentos impressos da *Folha do Norte* de janeiro a dezembro de 1930 a 1935, assim como outras fontes documentais que se encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, c2018), como os jornais *O Paiz*, *Correio de S. Paulo* e *Correio Paulistano*.

Convém enfatizar que a temática abordada, tanto quanto as fontes elencadas, são extremamente interessantes e profícuas para compreensão de um período tão central no desenvolvimento político e social no século XX no estado do Pará, sobretudo para entender os processos e lutas surdas e invisíveis, e, por isso, não reconhecidas pela historiografia dominante sobre as mobilizações políticas e classes sociais e que permitem recuperar dimensões da complexidade do fazer histórico (CASTRO; CAMPOS, 2015).

2 A interventoria de 1930 no estado do Pará

O estado do Pará passou a ter influência da política governamental de Getúlio Vargas no tempo em que o então presidente, no cargo de governo provisório, estabeleceu o Decreto

de nº 19.398 de 11 de novembro de 1930, junto com o sistema de interventorias, que consistia na autonomia para instituir os representantes dos estados brasileiros, isso conforme o Art. 11, o qual afirmava que “[...] o Governo Provisório instituiu um interventor federal para cada estado, salvo para aqueles já organizados [...]” (BRASIL, 1930), e, em 12 de novembro de 1930, iniciava a nomeação de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, do Partido Liberal, para assumir o cargo de interventor do estado do Pará.

A seguir, um trecho do discurso de Magalhães Barata cortejando o povo parauara:

Aqui estou como um revolucionário perseguido de 1922, ou com foragido de 1924, mas sonhando com a grandeza da minha terra e lembrando as figuras de Assis de Vasconcelos e de Eurico de Castilho França. Eu saúdo-te, povo da minha terra. (DISCURSO..., 1933, p. 1).

Diante de tal nomeação, pressupôs-se que a administração de Magalhães Barata sofreu, em sua duração, grande influência do governo de Getúlio Vargas, desde o populismo, por meio da “assistência” para com as camadas subalternas, até a maneira de governar no processo centralizador. Por certo, Magalhães Barata detinha uma característica que marcaria seu o governo e que se relacionava à sua identidade como interventor e à sua popularidade, a julgar por suas visitas que eram realizadas aos interiores do Pará.

Nessa vereda, conseguimos perceber o lado popular e assistencial do interventor quando, em meio à pesquisa aos jornais populares da década de 30, principalmente na *Folha do Norte*, observou-se referências ao Major Magalhães Barata com algumas entradas, por exemplo: “as atividades do Sr. Interventor no interior do Estado”, “as visitas do Sr. Interventor” e “chega hoje o Major”, pelas quais se mostra o percurso das suas ações políticas:

Ele [Magalhães Barata] foi o primeiro governador do Pará que percorreu o Interior todo [...] tomou providências que só o poder discricionário podia tomar [...] ele inovou e ficou muito conhecido principalmente com a patente de major. Ele tinha uma tendência muito forte na defesa do que ele chamava de desprotegidos que era o pessoal pobre. (RIBEIRO, 1998, p. 29).

Nesse mesmo contexto, e em face da designação como representante do Pará, o interventor passou a ser visto como “a novidade” para o estado do Pará, aquele que socorreria das mazelas o estado e especialmente a capital Belém, que até então havia experimentado as potencialidades urbanísticas de Antônio Lemos e, no entanto, estava

entregue à própria sorte “com as suas praças abandonadas, ruas intransitáveis, e a população sentindo saudades do ‘velho’ Lemos” (ROCQUE, 1999, p. 86). Com a chegada de Magalhães Barata, a população enxergou na sua figura a “solução para a deterioração social”.

Magalhães Barata, como político, soube aproveitar essa “carência” social para trilhar o seu mandato e, da mesma maneira, solucionar tais conflitos internos em que o estado se encontrava, com o objetivo de aumentar o seu favoritismo com as massas. “O interventor procurava passar a imagem do guia dos paraenses, aquele que levaria o povo ao caminho do progresso dentro de uma ordem hierarquizada, valorizada pela própria condição de militar.” (RIBEIRO, 1998, p. 19).

É interessante analisarmos que essa postura de mentor em relação ao povo, junto ao misto de natureza militar, aponta para as similaridades e as comparações com os regimes ditatoriais, além de lembrar o nazismo, quando Hitler era visto com veemência, uma vez que as suas ideias, embora de cunho autoritário, incentivaram o ideal de um povo que se encontrava abalado com sua realidade pós primeira Guerra Mundial. Do mesmo modo, Getúlio Vargas, à medida que seu governo se encaminhou em direção à modernidade do país, guiou a personificação de representação na qualidade do “pai dos pobres”, e, da mesma forma, Magalhães Barata apresentou-se na qualidade do benevolente salvador regional do “populismo”.

A maneira (regime) de governar de Magalhães Barata produziu elogios pessoais de Getúlio Vargas, que, em visita a Belém, expressou-se de maneira a relacionar a situação da capital antes do interventor e atualmente, com a sua direção no território paraense:

Paraenses! Após uma longa excursão pelo Norte, atinge ao extremo limite, a esta terra maravilhosa que, defrontando com os limites de nações estrangeiras, é a sentinela vigilante da Pátria! Eu vos saúdo! Terra de inteligência, cultura e trabalho, que, relegada ao abandono pela incúria dos governos passados, a revolução só ergueu de novo, como eu a vejo agora, cheia de vida e entusiasmo, terra onde os rios parecem oceanos e as multidões, como esta que se me depara, são também oceanos de vibração e patriotismo! A vossa terra, eu vim para conhecê-la e saudá-la, Viva o Pará! (FOLHA DO NORTE, 1933a, p. 1).

Em meio às comparações do passado e do presente no estado do Pará, Vargas discursa fazendo uma relação do reconhecimento regional. Dessa forma, os fragmentos da *Folha do Norte* demonstraram que Getúlio Vargas aparecia destacando e apoiando o populismo de Magalhães Barata, uma relação típica do governo de Vargas em valorizar o

populismo que, doravante, estava direcionado ao interventor federal e ao território paraense.

Getúlio Vargas evidenciava o nacionalismo; de igual modo, Magalhães prezava o regionalismo, com o objetivo de tornar-se um dos pontos principais de reconhecimento local, a inserção de um sistema educacional foi o alicerce para o atinente propósito. No entanto, a questão regionalista não decorria só de forma ufanista, uma vez que se apresentou de forma agregada com um regionalismo regimentado de poder. Porquanto, os traços explicitam que o regionalismo estabelecido por Magalhães Barata seguia apontando um movimento centralizador, devido à influência governamental.

Notamos que, em meio ao populismo governamental, Magalhães Barata não deixou de seguir a influência ditatorial que emergia em sua época. Sua política, embora popular, não negligenciava o seu lado centralizador. Perante esse aspecto, Magalhães Barata travou confrontos e batalhas contra os que reagiram ao seu governo, em especial após as constituintes de 1933, através das quais os ânimos do interventor se revelaram de forma beligerante contra aqueles que estavam frente ao poder.

Na sua forma de governar, Magalhães Barata criou alianças, conseguiu inimigos e presenciou seus importantes adeptos irem para a oposição e serem destituídos do poder. Diante das histórias que os registros guardam sobre Magalhães Barata, avaliamos o regime do poder do interventor contra a liberdade de expressão referente à prática da censura nesse período em que governou o estado do Pará.

3 Censura à *Folha do Norte*

Este Barata está nos saindo caro [...] (ASSEMBLEIA..., 1934, p. 1).

Tratar da pessoa de Magalhães Barata e não mencionar o jornal *Folha do Norte*¹ (símbolo do seu objeto de conflito) traduziria, para nós, um desvio de uma parte interessante da história paraense em relação à punição e à censura em contato com os meios de comunicação e formas de expressão que ocorriam na interventoria, singularmente no referido periódico, que era um canal de comunicação impresso e informe da cidade de Belém do Pará.

¹ O jornal *Folha do Norte* também era chamado pelo vulgo de “Folha”. Por isso, no decorrer do texto utilizaremos as duas menções.

Portanto, antes de argumentarmos tais acontecimentos ao jornal *Folha do Norte*, precisamos entender sua popularidade, uma vez que se estabeleceu como um dos jornais mais importantes e conceituados do estado do Pará. O acesso diário à publicação fazia parte do cotidiano dos leitores paraenses, e suas folhas estampavam informações com proporções regionais, nacionais e mundiais.

Segundo Ferreira (2005), em seu estudo intitulado “Mais de 180 anos da imprensa na Amazônia”, a *Folha do Norte* iniciou sua circulação em 1896 e foi fundada por Enéas Martins e Cipriano Santos. Sua origem ocorreu contrária ao governo de Antônio Lemos. Como um órgão, deu sustentação às ideias do Partido Republicano Federal, dirigido por Lauro Sodré e depois por Paes de Carvalho. Em outra cena, habitualmente nos anos de 1930, na qualidade de presidente da *Folha do Norte*, o jornalista Paulo Maranhão, visto por muitos como de “sangue oposicionista” ao movimento político identificado como “baratismo”, ligado ao interventor Joaquim Magalhães Cardoso Barata (nomeado por Getúlio Vargas); em conexão com essa trama, instalou-se uma guerra política entre o noticiarista e o homem público, confronto esse que durou 26 anos (FERREIRA, 2005).

Dessa forma, para entendermos melhor o jornal *Folha do Norte*, pensamos as palavras de Carlos Rocque (2006) ao historiar sobre o então periódico:

Folha do Norte, velho e tradicional órgão da imprensa, que se edita no Pará tinham suportado o peso bruto da intolerância do interventor, que nunca escondera sua animosidade pelos homens do jornal; em verdade, muito tinha sofrido o intrépido jornal paraense, que permanecia sob censura prévia e aos que neles serviam, corajosamente, enfrentavam os constantes acessos de fúria do Sr. Barata. (ROCQUE, 2006, p. 556).

A *Folha* tornou-se um dos jornais que melhor acompanhou a interventoria de Magalhães Barata. As páginas impressas de 1930 até meados 1933 marcam notícias das atividades políticas do interventor Federal.

Ora eram comunicadas as visitas do “Sr. Major Barata” pelo interior do Estado, ora eram elogiados os seus feitos. A realidade era que Magalhães Barata tinha apreço pelo jornal *Folha do Norte*, que sempre divulgava suas eventualidades. Magalhães Barata chegou até mesmo a visitar a sede do jornal em 8 de janeiro de 1933.

No entanto, com as eleições constituintes de 3 de maio de 1933, os laços formais de Magalhães Barata com a *Folha*, exclusivamente com o seu proprietário, Paulo Maranhão, foram rompidos, a passar do momento em que Magalhães Barata, em 2 maio de 1933, expôs

uma nota oficial comunicando que os funcionários públicos que não votassem nas eleições para a constituinte seriam punidos – mesmo que, nessa época, o voto não fosse obrigatório (ROCQUE, 1999).

Paulo Maranhão, um homem que prezava pela exposição dos discursos e livre expressão, descobriu nas ameaças punitivas do interventor a intimidação contra a liberdade de agir que um cidadão teria. O jornalista determinou essa atitude do interventor como “monstruosidade em projeto”, expressão escrita pelo mesmo ao longo da sua avaliação redigida no jornal.

Por conseguinte, o então jornalista criticou veementemente essa atitude de Magalhães Barata nas páginas da *Folha*, na qual, a partir de então, começaria o pleito entre a liberdade de expressão e o regime de Magalhães Barata. A seguir, destacamos um pequeno fragmento da crítica para pensarmos a forma como Paulo Maranhão se expressou contra a atitude punitiva de Magalhães Barata:

Tem causado a pior impressão o ato do Sr. Interventor, mandando que cada chefe de repartição apure, pelo exame dos títulos eleitorais, se os respectivos funcionários votaram ou não no pleito de 3 de maio. Pretende o Sr. Interventor, continuando a série de atos condenáveis de sua administração, que já deviam ter tido um termo, refletindo a tendência geral da nação, que é querer a lei e não o arbítrio, e de alguns dos quais S. Exa., já tem feito ‘amende honorable’, punir com a suspensão ou a privação de vencimentos ao servidor do Estado que por qualquer circunstância, não foi às urnas. (FOLHA DO NORTE, 1933b, p. 1).

Paulo Maranhão não se omitiu diante de tais atitudes do interventor, contudo pagou um custo muito alto pela manifestação, a qual criticava a atitude do político. Sem demora, a notícia na *Folha do Norte* chegou às mãos de Magalhães Barata, que não se nutrindo da declaração de Paulo Maranhão, determinou que, por três dias, a *Folha* fosse proibida de circular (ROCQUE, 1999). Por certo, o interventor deu início a seu primeiro ato de censura contra o periódico; ainda assim, a repressão imposta por Barata não se limitou apenas à suspensão da *Folha do Norte*.

Registros descobertos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional apresentam evidências de que a punição da *Folha do Norte* recaiu do mesmo modo sobre os proprietários do referido jornal, uma vez que esses foram impedidos, a comando de Magalhães Barata, de se apresentarem em repartições públicas e estaduais. Acerca desse caso, procuramos a referida notícia vista no jornal carioca *O Paiz*, cujo título concerne à liberdade de imprensa:

O Sr. Magalhães Barata, que se vem notabilizando pelas frequentes tropelias que comete no exercício da função de interventor paraense, acaba de proibir a entrada, nas repartições estaduais e municipais de todos os representantes da “Folha do Norte”, um dos jornais de maior tradição na zona septentrional do país. (LIBERDADE..., 1934, p. 3).

Após o acontecimento da restrição de acesso às repartições estaduais, Paulo Maranhão, em viagem ao Rio de Janeiro, foi coibido de retornar a Belém. Em tal caso, o interventor Magalhães Barata já era vencedor da Constituinte e, em virtude disso, solicitou ao ministro da Justiça na época a impedição do regresso do jornalista. A *Folha* novamente seguiu apreendida e proibida de circular e somente poderia voltar às ruas se retirasse do cabeçalho do jornal o nome de Paulo Maranhão, o que efetivamente aconteceu, concedendo ao filho de Paulo Maranhão, Clóvis Maranhão, a responsabilidade de liderar o jornal (ROCQUE, 1999).

Na prática, a austera ação ocorrida ao jornalista Paulo Maranhão, que, diante disso, o impossibilita de retornar à cidade de Belém, passou a ser noticiada no jornal *O Paiz* que consecutivamente reproduziu o fato. Recorrendo a frases e títulos irônicos em contraposição às atitudes do interventor. Uma frase pequena, que chamou atenção, fez-se na autoria de Mozart Lago. Tal passagem dizia: “Este Barata está nos saindo caro [...]” (ASSEMBLEIA..., 1934, p. 1). No entanto, foi com a notícia “no barbeiro da baratolândia”, que dizia: “[...] há, dias, querendo o Sr. Paulo Maranhão voltar ao seu Estado, foi a isso impedido pela polícia.” (NO BARBEIRO..., 1934, p. 3), que o jornal teceu suas críticas ao interventor, sinalizando que a polícia atuou a pedido dele.

Por via da referente notícia, o jornal *O Paiz* expressou-se:

Esse major Barata [...], e que diante da censura prévia que o major estabeleceu a *Folha do Norte*, jornal independente, resolveu silenciar os atos do governo de Baratolândia. Mas, o major, que não admite que se fale mal, não permite tampouco que não se fale nada. O silêncio que ele considera de ouro, o incomoda muito mais. (NO BARBEIRO..., 1934, p. 3).

Avaliamos que a notícia defendia diretamente a censura procedida por Magalhães Barata, a qual produzia a punição a quem ousasse ou cogitasse produzir o pensamento e ideias em oposição ao seu governo. Os confrontos, incluindo o jornalista e o interventor, chegaram às mãos do presidente Getúlio Vargas por intermédio de cartas encaminhadas por

Paulo Maranhão, emitidas via telegrama, descrevendo as aflições de que estava sendo vítima.

A referida carta, escrita e emitida em 1933, tornou-se pública apenas em 1934, no momento em que a *Folha* passava novamente a ser atacada pela direção de Magalhães Barata. Segundo as fontes impressas do próprio jornal, as notificações publicadas em 1934 indicavam o que foi proferido a Getúlio Vargas. A carta estava impressa em primeira página e apresentava um longo texto, porém, pela extensão, destacamos somente alguns trechos que se relacionavam. Fundamentam-se na seguinte nota:

Sr. Presidente. A simples leitura desse telegrama e a apreciação do seu conteúdo põem em relevo a intenção deliberada do interventor de impedir a circulação de um jornal independente, cujas predileções políticas são por outra corrente que não a do Partido do interventor [...]. Houve, pois um atentado à liberdade de imprensa. O procedimento desse interventor contumaz em violências da mesma natureza dispensa comentários. (FOLHA DO NORTE, 1934, p. 1).

Constata-se que Paulo Maranhão manifestou claramente a presença da repreensão a qual foi alvo. Assim, é interessante ressaltarmos que a censura ocorreu por via da violência e constitui como recurso para intimidação ao jornal. Os indícios e pistas identificados no jornal *Correio de São Paulo* mostram que a carta emitida a Getúlio Vargas trouxe resultados benéficos para o jornalista, uma vez que Paulo Maranhão conseguiu voltar à capital paraense gozando de sua inteira liberdade.

A seguir, a notícia do regresso do diretor da *Folha do Norte* publicada no jornal *Correio de São Paulo*:

O ministro da Justiça comunicou ao Sr. Paulo Maranhão diretor da “Folha do Norte”, de Belém, que poderá regressar ao Pará, onde lhe serão asseguradas todas as garantias de que precisa, para se manter, naquele Estado. (O MINISTRO..., 1934, p. 1).

Prontamente, com o regresso, os ânimos entre o interventor e o jornalista não se reaperentaram sob o viés de harmonia, de maneira que o ano de 1934 marcaria a violência e a censura estabelecida na rotina dos que se opuseram à administração de Magalhães Barata.

Com a sua volta, Paulo Maranhão não se emudeceu diante das ações do interventor (o major), no entanto, prosseguiu registrando seus enunciados na *Folha do Norte*. Como

resultado, sofreu sérias consequências, de modo que uma delas faz relação à ordem de prisão e ataque ao prédio do jornal, precedido de interdição. Ambas as ocasiões ocorreram no dia 22 de setembro de 1934.

Os registros que se encontram na Hemeroteca da Biblioteca Nacional evidenciam o acontecimento ao prédio da *Folha*, episódio efetuado com ataque violento e armas. De acordo com os fatos, o jornal carioca *O Paiz* destaca o evento na coluna “atualidade política”:

Às três horas da madrugada de domingo, a cidade foi despertada por intensa fuzilaria, alarmou grandemente a população. Soube-se mais tarde que a “Folha do Norte” havia sido atacada [...] ontem de manhã, estivemos no local. As paredes do edifício estão cobertas de balas. (O ESTADO..., 1934, p. 4).

Deve-se notar que o mandado de prisão contra Paulo Maranhão e o ato punitivo do interventor para com a *Folha* são motivados por objetivos políticos, uma vez que o jornalista foi acusado de assassinar o aliado de Magalhães Barata, o candidato a deputado estadual, José Avelino. O policial que realizou a prisão do jornalista, Poty Fernandes, respondeu a Carlos Rocque (1999) quando o escritor lhe perguntou, “mas por que, se o velho Maranhão não estava no lugar do crime e não havia contra ele qualquer relação com a tragédia em que sucumbira José Avelino?”. Poty revela: “Por nada. Não havia acusação nenhuma. Foi apenas para tentar desmoralizá-lo [...] Ele foi colocado em uma cela especial, nos altos da central.” (ROCQUE, 1999, p. 262).

Mediante essas respostas, nota-se uma efetiva prepotência tomada de punições, animosidades e ainda de reservas expostas pelo jornalista Paulo Maranhão, que diz respeito a uma realidade a qual Arendt (1985) julga como “violência”, com atitudes extremas que o poder adota para silenciar aquilo que incomoda. Mais do que a compreensão de violência, a autora esclarece que “o poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente se apresentam juntos [...] à violência aparece onde o poder esteja em perigo [...]” (idem, p. 3), está ligada à busca de poder como foi o caso do jornalista que mostrou ações opostas ao governo.

Após o acontecimento de sua prisão e ataque à sua propriedade, Paulo Maranhão obteve *habeas corpus*, e a *Folha do Norte* pôde circular sob a determinação de segurança (ROCQUE, 1999). Sua circulação atraiu a atenção das autoridades policiais para supervisionar os seus exemplares. Em suas páginas, a *Folha* descreve a censura que estava vivendo:

A despeito de ter o Tribunal Eleitoral concedido à FOLHA DO NORTE um mandado de segurança para que ela pudesse livremente circular, continuamos diariamente sob o exame de censura policial [...] de modo que o nosso mandado de segurança e quase um mandado de insegurança, pelo modo por que a autoridade do Estado do Pará o está cumprindo, exercendo sobre o jornal a censura draconiana como se estivéssemos em pleno regimento. (FOLHA DO NORTE, 1934, p. 1).

A censura citada pela *Folha* refere-se à forma como foi avaliada por autoridades policiais. No presente caso, o delegado Pedro Guabiraba revelou que lia o periódico consecutivamente, depois entregava os exemplares ao superintendente para análise e circulação. Essa ação passou a ser descrita regularmente nas páginas do periódico mediante a declaração de censura policial.

A *Folha* expressou-se da seguinte forma:

Como sucedera anteontem, o Sr. Pedro Guabiraba, 1º delegado, veio ontem, às 5:12 da manhã, de automóvel, à porta do nosso edifício e mandou pedir ao serviço de impressão um exemplar, que lhe foi remetido. Passou-lhe uma vista, no automóvel mesmo, e depois partiu não sabemos para onde, voltando algum tempo depois, com a ordem de que podia circular! E só então pôde a máquina imprimir a edição. (A FOLHA..., 1934, p. 1).

No que diz respeito à *Folha*, embora tenha sido permitida a sua circulação por uma ordem de segurança, nota-se que a polícia não perdeu de vista o hábito de verificar suas produções diárias. “Como nos dias anteriores, o Dr. Pedro Guabiraba veio ontem pela madrugada, até o edifício da *Folha* pedir um exemplar da edição que se ia imprimir, de modo a ser examinado pelo Sr. Chefe de Polícia.” (A FOLHA..., 1934, p. 1).

Nota-se que a forma de vigilância adotada pela polícia no espaço da *Folha* julga-se na qualidade de afrontar os editores do jornal, emanando uma mensagem de intimidação (vulgo “estamos de olho”) a respeito do que publicam. Uma situação singular verificada nas páginas do referido jornal é que mesmo se inteirando da vigilância policial, a *Folha* não deixou de expor as críticas de Paulo Maranhão e de correspondentes de alguns jornais do território brasileiro. Como exemplo à citação da censura, percebe-se que a *Folha* relata a censura policial, e em seguida, apresenta a frase “temos ordem de segurança” em um tom de oposição e ironia contra seus censores.

Dessa maneira, propõe-se refletir sobre as razões pelas quais a *Folha* não estava intimidada pelas vigílias policiais. Em mais um exemplo, podemos observar uma notícia do

Polycarpo Sereno, do jornal carioca *A vanguarda*, criticando a permanência do major Magalhães Barata na interventoria paraense: “[...] do porco sai às linguças, sai o lixo dos quintais, dos monturos o mau cheiro, só tu barata não sais! [...]” (SÓ TU BARATA..., 1934, p. 1).

As críticas vindas de jornalistas eram diretas e audaciosas à imagem de Magalhães Barata. As análises realizadas nas páginas da *Folha* mostram que, após os episódios de ataque e prisão ao referido jornal, o ano 1934 ficaria marcado como um momento em que as críticas jornalísticas se defrontaram no regime do interventor.

A *Folha* publicou telegramas de solidariedade, apoio e pesar enviados a Paulo Maranhão pela ocorrência do evento de 22 de setembro. Como exemplo, ela cita a declaração de José Ribeiro, que supostamente aponta Magalhães Barata como o inimigo de perseguição: “[...] estou mais do que nunca aliado aos heroicos companheiros, na luta contra o inimigo comum e perseguidor contumaz.” (FOLHA DO NORTE, 1934, p. 1).

Um dos telegramas que chamam a nossa atenção foi publicado na primeira página da *Folha*, por João Malato:

Nestes quatro anos no Pará tem se visto tudo: menos ordem, menos paz, menos decoro, menos sinceridade e menos critério! O que se tem visto é um governo que mente por qualquer motivo, e se desmanda sem razão nenhuma. E prega a desordem a todos os instaurados e assegura a impunidade a todos os seus fâmulos. (JOÃO..., 1934, p. 1).

Além de ser um "sangue da oposição", Paulo Maranhão era irônico na escrita jornalística. Suas colunas de notícias mostram críticas dirigidas à figura do governador. Nessa lógica, faz-se necessário entender como a *Folha* relacionou essas críticas? Tais passagens podem ser encontradas na sátira de um artigo de notícias publicado na coluna “Serviço Telegraphico”:

Certo cidadão do Pará que ali granjeou atentada fortuna no comércio e hoje vive retirado em Portugal doou ao hospital Beneficente portuguesa mais de 500 contos de réis em prédios naquela capital e em Manaus. Como compensação o doador pede apenas duas coisas, pequenas: a primeira, que a Beneficente portuguesa lhe reserve um quarto do mais modesto na previsão, talvez, de que o generoso cavalheiro volte para lá, adoeça e não encontre um leito, admitida. A segunda coisa é que deveras tem seu sabor: pede ele á Beneficente Portuguesa que enquanto viver esteja onde estiver lhe remeta pontualmente a FOLHA DO NORTE, jornal de sua predileção. Eis um pequeno Mecenas da imprensa um homem que tem predileção por um jornal e a confessa. Não há dúvidas: **esse dadivoso cavalheiro poderia**

ser tudo no Brasil, menos interventor Federal – Isto não! (SERVIÇO..., 1934, p. 3, grifo nosso).

A forma indireta e sarcástica com que a *Folha do Norte* se refere a Magalhães Barata é, portanto, o resultado contra o seu poder autoritário. Algumas provocações vinham na capa do jornal de forma bem evidenciada em letras garrafais: “Quando o governo impede ou tenta impedir a crítica da imprensa livre é porque tem medo da luz e da verdade.” (QUANDO..., 1934, p. 1).

Conclui-se que Paulo Maranhão usou da liberdade de expressão que possuía para criticar, mesmo que de forma velada, o poder instaurado pelo interventor. É uma situação que lembra o que Hannah Arendt dissertou “[...] o maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e a maneira mais segura de solapá-la é a chacota.” (ARENDR, 1985, p. 28). Nesse sentido, a única arma que Paulo Maranhão possuía e era a crítica jornalística.

Após as divergências ocasionadas, o ano de 1935 ficou marcado pelas eleições de abril da constituinte paraense que “[...] além de elaborar a constituição estadual, tinha a atribuição de eleger o governador constitucional do Estado e dois senadores.” (ABREU, 2015, p. 74). Contudo, na madrugada do dia 4 de abril de 1935, “[...] o Partido Liberal ‘perdeu’ 7 dos seus deputados que, desistindo de apoiar a candidatura de Magalhães Barata, passaram a apoiar a Frente Única paraense.” (ROCQUE, 1999, p. 281).

Isso significou grande ameaça para o Partido Liberal que, agora, encontrava-se diminuído em números. Vale ressaltar que os deputados que desistiram de apoiar o Partido Liberal foram proibidos de entrar na Assembleia, mas logo solicitaram *habeas corpus* para que pudessem exercer seus direitos de votação.

Nesse espaço-tempo, o presidente da Assembleia, Ápio Medrato, que também era do Partido Liberal, reuniu o plenário e convocou substitutos de forma que houvesse a eleição. “O Partido Liberal convocou os suplentes e, conseguindo o *quorum* necessário, instalou, à tarde, a Constituinte e elegeu Barata, dando-lhe imediatamente a posse.” (ROCQUE, 1999, p. 282), o que não foi bem visto para a oposição da Frente Única Paraense, que julgou o ato ilegal e, assim, convocou uma nova reunião na Assembleia para o dia 5.

O dia 5 de abril fica marcado como o dia fatídico em que o governo de Magalhães Barata perderia seu posto. Os opositoristas da Frente Única estavam se dirigindo à Assembleia e, amparados pela Justiça, contavam com o presidente do Tribunal Eleitoral e o exército. De acordo com Rocque, foram parados por populares que “[...] tentaram impedir

que continuassem a caminhar. E a violência campeia, com tiros, correrias, agressões e tudo o de direito em tais ocasiões.” (ROCQUE, 1999, p. 282).

O acontecimento repercutiu em muitos jornais brasileiros que relataram informações sobre os mortos e feridos no confronto. O jornal *Correio Paulistano* noticiou: “O interventor Barata ensanguentou o Pará.”, “Telegrama de Belém anuncia que se produziu conflito defronte da Assembleia, quando os deputados oposicionistas para ali se dirigiam. Ficaram feridos 5 constituintes da oposição, Mac Dowell, Abelardo Conduru e Sousa Castro.” (O INTERVENTOR..., 1935, p. 1).

Logo após o evento conflituoso, Getúlio Vargas, considerando o ocorrido, interveio para que os partidos envolvidos no Partido Liberal e Frente Única entrassem em acordo para uma terceira escolha de interventor que viesse a assumir o governo do Pará, o que resultou na nomeação, em 28 de abril, de Carneiro da Gama Malcher como novo interventor paraense.

Depois da saída de Magalhães Barata, a *Folha*, agora livre do seu poderio, informou em suas páginas a censura que sofrera quando o ex interventor estava no poder. Na coluna “Factos contra a palavra”, as letras em maiúsculo chamam nossa atenção para a notícia que afirma: “O S.r. Barata, quando interventor, suspendeu a circulação, impôs severa censura e confiscou jornais – Desacatou, prendeu e deportou jornalistas – Um mau quarto de hora para a imprensa paraense.” (FACTOS..., 1935, p. 3).

Magalhães Barata, ex-interventor, partiu para o Rio de Janeiro no dia 14 de novembro de 1935 e foi notícia da *Folha* com o título de “adeus, Major!” Em tons de ironia, o “adeus” refere-se à Magalhães Barata como o ditador orgulhoso que agora se viu perdendo sua autoridade pelas consequências de um governo abusivo de poder:

Partiu como um rochedo. Julgava-se o Pão de açúcar da imobilidade. Daqui não sairia. Só morto. E aos pedaços. Mas lá vai rolando sobre o cabeça das salsas ondas. Manda quem pode, obedece quem tem juízo. É a regra da vida. E o recalcitrante, depois de ter esgotado a paciência de seus superiores, solicitando, exonerando, deprecando, arrumou a mala e foi-se. (ADEUS..., 1935, p. 1).

O major Magalhães Barata acabou partindo para o Rio de Janeiro, deixando a cidade de Belém no dia 14 de novembro de 1935, assumindo de imediato o cargo de interventor José Carneiro da Gama Malcher, por nomeação de Getúlio Vargas. A *Folha do Norte* noticiava seus fazeres na capital e suas viagens pelo interior do território paraense.

4 Considerações finais

A pesquisa ajudou a interpretar o contexto de censura ao jornal *Folha do Norte* durante a intervenção militar no estado do Pará entre 1930 a 1935, a partir de fontes históricas e documentais, possibilitando alcançar satisfatoriamente uma singularidade de informação e conhecimento através da análise de notícias do jornal que foi o foco deste estudo.

Com isso, as descrições jornalísticas foram analisadas em textos e colunas da *Folha do Norte* escritas pelos principais editores do jornal e pelo presidente Paulo Maranhão. Ao longo da pesquisa, apresentamos as narrativas das formas de repressão exercidas na *Folha*, que estabeleceram o curso das informações impressas na trama da censura prévia e punitiva ligada aos confrontos políticos que emergiram no governo de Magalhães Barata com o jornalista Paulo Maranhão.

De igual modo, a proposta de descrever esses eventos baseou-se nos confrontos entre o major e o jornalista, explícitos nas colunas da *Folha* e que, portanto, para o pesquisador da área da comunicação, considera-se uma importante fonte de informação para a história da imprensa paraense.

Devido aos fatores temporais e à quantidade de informações a serem analisadas no jornal, não se pode explorar com profundidade. Conseqüentemente, o estudo continua sendo de base e em andamento, com avaliação a partir do início do ano 1946, quando Magalhães Barata cria seu próprio jornal – *O Liberal* – e, assim, torna-se uma máquina oposta à *Folha do Norte*, provocando as eleições do governo do estado do Pará.

No entanto, essa discussão requer mais tempo para considerar o número abundante de periódicos disponíveis que narram esse confronto, e é nítido que essas limitações permitem desenvolver novas propostas de pesquisa para futuras explorações da memória política do jornal.

Dessa forma, a memória que guarda o jornal fornece as várias narrativas que estão esperando para serem exploradas e trazem informações que consideramos relevantes ao longo das diferentes décadas: as histórias que guardam os vestígios de Magalhães Barata e Paulo Maranhão nos 26 anos de confronto com a *Folha do Norte* e a história da trajetória cultural da imprensa paraense.

Referências

- A FOLHA continua sob censura policial. **Folha do Norte**, Belém, p. 1, 07 outubro 1934.
- ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da primeira república: 1889-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.
- ADEUS major. **Folha do Norte**, Belém, p. 1, 15 nov. 1935.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. da UnB, 1985.
- ASSEMBLEIA constituinte. **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano XLVIII, n. 1709, p. 1, 23 ju. 1934.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.
- BRASIL. Decreto n. 19.398, de 11 novembro de 1930. Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, RJ, 11 dez. 1930. Seção 1, p. 1.
- CASTRO, Edna M. R.; CAMPOS, Índio. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2015.
- DIRCURSO do novo interventor. **Folha do Norte**, Belém, p. 1, 13 nov. 1933.
- FACTOS contra palavras. **Folha do Norte**, Belém, p. 3, 1 out. 1935.
- FERREIRA, Paulo Roberto. Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 3., 2005, Novo Hamburgo. **Anais [...]**. Novo Hamburgo Rede Alfredo de Carvalho, 2005.
- FOLHA DO NORTE. Belém, p. 1, 4 set. 1933a.
- FOLHA DO NORTE. Belém, p. 1, 4 maio 1933b.
- FOLHA DO NORTE. Belém, p. 1, 6 out. 1934.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. c2018. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 6 mar. 2018.
- FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ. Biblioteca Pública Arthur Vianna. c2016.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JOÃO Malato. **Folha do Norte**, Belém, p. 1, 13 out. 1934.
- LIBERDADE de imprensa. **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano XLVIII, n. 16969, p. 3, 8 maio 1934.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NO BARBEIRO da baratolândia. **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano XLVIII, n. 17013, p. 3, 28 jun. 1934.

O ESTADO em que ficou o edifício da “Folha do Norte”. **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano XLVIII, n. 17089, p. 4, 25 set. 1934.

O INTERVENTOR Magalhães Barata ensanguentou o Pará. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano LXXXI, n. 24244, p. 1, 6 abr. 1935.

O MINISTRO da Justiça, comunicou ao sr. Paulo Maranhão, diretor da Folha do Norte. **Correio S. Paulo**, São Paulo, ano III, n. 665, p. 1, 30 jun. 1934.

QUANDO o governo impede ou tenta impedir a crítica da imprensa. **Folha do Norte**, Belém, p. 1, 9 out. 1934.

RIBEIRO, José Roberto Silva. **A revolução de 30 e a educação no Pará**: carisma e práticas políticas. Belém: Meridional, 1998.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Belém: SECULT, 1999.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Belém: SECULT, 2006. 2 v.

SERVIÇO Telegraphico. **Folha do Norte**, Belém, p. 3, 7 out. 1934.

SÓ TU BARATA não sais. **Folha do Norte**, Belém, p. 1, 6 out. 1933.

Narratives of repression during the military intervention in Pará: memories of censorship to the newspaper *Folha do Norte* (1930 - 1935)

Abstract

The article emphasizes the context of the censorship of the newspaper *Folha do Norte* during the Military Intervention in the State of Pará during the period of 1930 to 1935. Based on historical and documentary sources, we present the narratives of the forms of repression carried out in *Folha do Norte*, through which a relationship between prior and punitive censorship is shown. This allows us to analyze, through interpretation, the historical relationship based on news on the pages of the newspaper. The censorship conducted by the government of Magalhães Barata and the freedom of speech of the journalistic press in Pará are outstanding. Therefore, to our

scope, the newspaper ends up being a rich and important source of information for understanding the manifestations that occurred in the State of Pará in that period, as well as the rediscovery and rescue of its memory.

Keywords

Censorship. Folha do Norte. Freedom of speech. Military Intervention. State of Pará.

Recebido em 01/05/2018

Aceito em 13/11/2018

Copyright (c) 2019 Alessandra Nunes de Oliveira, Luiz Eduardo Ferreira da Silva, Jetur Lima de Castro. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

